



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 7 de janeiro de 2011

<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Governo do Estado prorroga benefícios ao PIM .....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> BC anuncia medidas para conter alta do real .....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Boom de investimentos também é acompanhado de críticas ao modelo .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Região já rivaliza com setores industriais do Brasil .....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Incentivo impulsiona zona franca no 'fim do mundo' .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Incentivos levam empresas a investir na Terra do Fogo .....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Medida cambial do BC está na direção correta .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo do Estado prorroga benefícios ao <u>PIM</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Isenção do ICMS sobre energia elétrica para parte da indústria local foi estendida por mais três meses. Incentivos fazem parte do pacote anti-crise adotado pelo Estado.**

**Manaus** - O governo do Estado prorrogou o pacote de incentivos concedido desde a crise econômica, no final de 2008, que afetou o Polo Industrial de **Manaus (PIM)** e fez as vendas e o emprego desabarem. No começo do mês foi reeditada a isenção do Imposto sobre a Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** sobre o consumo de energia elétrica das indústrias de termoplásticos, papel e papelão e também para as empresas do Polo de Duas Rodas.

A medida terá validade de 90 dias, mas, de acordo com o secretário de Estado da Fazenda, Isper Abraham, poderá ser novamente estendida de acordo com a necessidade do **mercado**.

Para ter direito ao benefício, as empresas são obrigadas a dar a contrapartida de segurar o trabalhador nas linhas de **produção**. As indústrias devem limitar o volume de demissões em 4% no trimestre ou 2%, em cada mês.

A isenção do imposto, que é de 25% sobre o valor da conta mensal de energia, foi criada como medida para reduzir os impactos da crise econômica mundial, que começou no último semestre de 2008, provocou a demissão de 30 mil trabalhadores e reduziu em até 33% o faturamento das empresas do **PIM**, ao longo de 2009.

De acordo com o secretário da Sefaz, Isper Abraham, apesar da boa recuperação observada na **produção** e na geração de empregos entre as empresas do **PIM**, o **mercado** internacional ainda sofre de instabilidade econômica e isso motivou a decisão do governo.

Sem os dados consolidados de dezembro, a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** estima que o faturamento de 2010 bata o recorde com US\$ 35 bilhões.

#### **Dificuldades**

“O ano de 2011 deve ser encarado com cautela. Na Europa o **mercado** consumidor ainda está muito confuso. A Grécia está falida, a Itália, Espanha e Portugal passam por momentos muito complicados e a União Europeia teve que socorrer sua economia com alguns bilhões. A economia norte-americana também não está recuperada e o governo emitiu US\$ 600 bilhões sem a devida reserva. Tudo isso afeta nossa economia, pois quando afetam o câmbio nossa balança comercial fica desfavorecida”, explica o secretário.

Segundo Abraham, apenas com a isenção das indústrias de papel e papelão, a Sefaz renunciará a R\$ 1,5 milhão em impostos por mês. “O papel do governo é estar atento a estas movimentações para que não tenhamos surpresas complicadas depois e, quando for preciso, fazer certas renúncias”, disse.

Cobrança do **ICMS** para Duas Rodas vai ficar unificada

O governo prorrogou também o período de transição para a equalização do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**, prevista pela Lei 2.826 de dezembro de 2003, para as indústrias do Polo de

Duas Rodas. “Essa regra se esgotava em 30 de dezembro, mas resolveu-se criar uma nova transição para que as empresas não saiam de um nível de recolhimento de imposto e passem para outro de maneira muito brusca”, afirmou. A nova prorrogação tem validade até o dia 31 de dezembro de 2012.

De acordo com o último Indicador de desempenho divulgado pela **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, em novembro de 2010, o segmento de Duas Rodas empregava 17.573. O setor de papel e papelão possuía 1.795 trabalhadores e o de termoplásticos empregava 9.180 pessoas. Os números já são praticamente iguais aos alcançados no mesmo mês de 2008, antes da onda de demissões acionada pela crise mundial.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>BC anuncia medidas para conter alta do real</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Banco Central anunciou ontem as primeiras medidas do governo Dilma Rousseff para segurar a queda do dólar. Foram criadas regras que tornam menos atraentes as apostas dos bancos na valorização do real. O foco são as chamadas posições vendidas, um crédito em dólar tomado no exterior pelas instituições financeiras. O presidente do BC, Alexandre Tombini, fez um alerta a pessoas e empresas que contraem dívidas em moeda estrangeira. "É sempre bom lembrar que uma tendência de curto prazo não quer dizer que vai se prolongar no tempo. Essa coisa pode mudar", afirmou.

#### Tombini alerta para dívidas em dólar

Ao lançar sua primeira medida para tentar frear alta do real, presidente do BC pede cautela a pessoas e empresas que se endividam em moeda estrangeira

#### Renato Andrade, de O Estado de S. Paulo

**BRASÍLIA** - O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, fez um alerta nesta quinta-feira para quem segue apostando na valorização do real em relação ao dólar: cuidado, o cenário pode mudar. "É sempre bom lembrar que uma tendência de curto prazo não quer dizer que vai se prolongar no tempo. Essa coisa pode mudar", avisou, horas depois de o BC ter lançado a primeira medida para frear a alta da moeda brasileira sob seu comando.

Na avaliação de Tombini, não há garantias de que o excesso de dinheiro em circulação atualmente pelo globo, e que tem desembocado nas economias emergentes como o Brasil, continuará assim indefinidamente. Por isso, sugeriu cautela às empresas e pessoas que têm assumido compromissos em moedas internacionais.

"Da mesma forma que o ambiente hoje é amplamente favorável em termos de liquidez em moeda

estrangeira, ele não necessariamente fica dessa forma ao longo do tempo. Quando assumir compromisso em moeda diferente daquela que as pessoas e empresas têm seus rendimentos, essa assunção tem de ser com cautela, com segurança."

#### Razões

O BC tem razões para fazer o alerta. Em 2008, empresas como Sadia, Votorantim e Aracruz sofreram fortes perdas por causa do uso indevido de instrumentos de proteção contra variações da taxa de câmbio. As apostas na valorização do real foram exageradas, e quando a moeda passou a perder terreno em relação ao dólar essas companhias acabaram no vermelho. Cerca de 200 exportadoras perderam aproximadamente R\$ 40 bilhões por causa das apostas. A Sadia teve um prejuízo de R\$ 760 milhões. O rombo da Aracruz foi de mais de R\$ 2 bilhões.

Tombini fez questão de lembrar esse cenário ao pedir ontem cautela, durante sua primeira entrevista no cargo de presidente do Banco Central. Segundo ele, a diretoria do BC fez em meados de 2007 e meados de 2008 o mesmo alerta: o câmbio não segue apenas uma direção. "O câmbio flutuante pode ir para outro lado e nós temos de assegurar que, em acontecendo isso, por razões diversas, inclusive externas, isso não gere problemas de instabilidade financeira", acrescentou.

Para tentar diminuir o volume de apostas na valorização do real ante o dólar, o Banco Central determinou que os bancos que tiverem esse tipo de operação terão de depositar compulsoriamente no BC o equivalente a 60% do valor que exceder US\$ 3 bilhões ou o patrimônio de referência da instituição.

Tombini aproveitou sua primeira conversa com jornalistas para detalhar a discussão sobre o corte da meta de inflação, mencionado por ele na segunda-feira, durante o discurso de posse.

Mais uma vez, o presidente do BC disse que é preciso ter a "ambição" de discutir o tema, mas deixou claro que não está comprometido com nenhum prazo. "A minha discussão sobre meta de inflação não tem prazo de validade, não está vinculada a uma decisão agora em junho ou em qualquer ponto no tempo indefinido."

Oficialmente, a definição sobre a meta é feita nas reuniões de meio de ano do Conselho Monetário Nacional. Dentro de cinco meses, o conselho, formado por Tombini e pelos ministros Guido Mantega (Fazenda) e Míriam Belchior (Planejamento), se reunirá para fixar a meta de 2013 e confirmar a de 2012.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Boom de investimentos também é acompanhado de críticas ao modelo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De Buenos Aires

07/01/2011

**Eletrônicos mais caros do que nos países vizinhos, aumento nas importações de componentes, pedidos de benefícios fiscais por outras indústrias. Todos reconhecem o boom de investimentos que a Terra do Fogo vive nos últimos meses, com as novas medidas tributárias sancionadas pelo governo, mas existem críticas sobre suas consequências.**

A maior delas é sobre o fato de que a Argentina estaria deixando de **importar** eletrônicos acabados para comprar uma série de peças e componentes estrangeiros que são apenas montados no país, sem valor agregado nacional. Um levantamento da consultoria Abeceb, a pedido do Valor, demonstra que as **importações** de componentes dispararam após a mudança do regime de incentivos fiscais. Na comparação entre o primeiro semestre de 2009 e de 2010, subiram 496% e 573% as compras de peças para aparelhos de TV e para celulares, respectivamente.

No fim das contas, sustenta o economista Santiago Novoa, há um aumento líquido das **importações** - condizente com a demanda mais forte por eletrônicos, por um lado, mas sem que eles tenham sido trocados por produtos verdadeiramente nacionais. "A competitividade da Terra do Fogo está baseada na proteção industrial e sua estratégia de **desenvolvimento** não está apoiada numa articulação orgânica com a indústria nacional", diz o analista da Abeceb.

A Afarte, associação que reúne as indústrias instaladas na zona industrial patagônica, reconhece que o aporte de conteúdo local é mínimo. "O valor agregado é, basicamente, trabalho", disse ao Valor o presidente da entidade, Alejandro Mayoral. Ele admite que, mesmo atendendo o **mercado** doméstico, a escala de **produção** ainda é insuficiente para atrair fabricantes de componentes. "Mas nem todas as causas são locais. É preciso lembrar que houve um processo de concentração global da **produção** de eletrônica de consumo e de seus componentes na Ásia."

Mesmo para o acabamento de produtos, multinacionais como Nokia e LG têm preferido fechar alianças comerciais

com fábricas já instaladas na Terra do Fogo a erguer novas plantas. "Seja porque o **mercado** argentino é menor, seja porque há mudanças constantes de política industrial, há uma preferência por essas alianças", argumenta Mayoral.

O executivo também rebate as críticas que a zona industrial recebe por encarecer os eletrônicos aos consumidores. Um estudo divulgado recentemente pela consultoria IFR **Monitoring** mostrou que, entre nove países latino-americanos, a Argentina e o **Brasil** têm os preços mais altos de televisores LCD de 32 polegadas. Segundo o estudo, trata-se de um resultado direto da decisão de fabricar os equipamentos no próprio país, em parques industriais como **Manaus** e Terra do Fogo, com logística complicada. No Chile e na Colômbia, onde os eletrônicos são **importados** e as tarifas são mais baixas, paga-se metade do preço.

Enquanto os consumidores do **Brasil** e da Argentina pagavam um pouco mais de US\$ 1 mil para comprar um equipamento LCD, em meados do ano, chilenos e colombianos gastavam em torno de US\$ 500 por aparelhos asiáticos.

"Sem dúvida, a política de proteção tem custos para toda a sociedade. Poderíamos **importar** com tarifa zero todos os automóveis que compramos no **Brasil** e na Argentina, mas ficaríamos sem montadores que geram milhares de empregos. Valeria a pena?", questiona Mayoral, para defender o modelo praticado na Terra do Fogo. Segundo ele, foi alcançado o grande objetivo definido pelo país ao criar a zona industrial: povoar a ilha patagônica e assegurar pacificamente a soberania do território. "Para isso, é preciso ter algum atrativo fiscal. Provavelmente os moradores de **Manaus** gostariam de ter uma cobertura em Copacabana. Se não houver benefícios, como fazer para que as pessoas não se mudem para outros lados?", diz.

Mas os críticos a esses subsídios citam números para sublinhar as diferenças: enquanto **Manaus** gera empregos diretos e indiretos a meio milhão de pessoas, a **Zona Franca** argentina tem menos de seis mil trabalhadores nas suas fábricas. Por isso, argumentam que é muito dinheiro para poucos resultados.

A Terra do Fogo também precisa conviver com o lobby de outras empresas para equiparação das condições

tributárias. O diretor-geral da Cadieel, Cláudio Krämer, diz que tem conversado com o governo sobre formas de dar incentivos ao restante da indústria nacional que permitam melhorar a competitividade em relação aos **importados**. O nome completo da entidade dá uma ideia do aglomerado de

empresas em busca de protecionismo: Câmara Argentina das Indústrias Eletrônicas, Eletromecânicas, Luminotécnicas, Telecomunicações, Informática e Controle Automático. (DR)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Região já rivaliza com setores industriais do Brasil</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De Buenos Aires

07/01/2011

Os **exportadores** brasileiros foram prejudicados pelo aumento da **produção** de telefones celulares na Terra do Fogo, que já atendia 29% do consumo da Argentina no acumulado do ano até outubro, segundo levantamento da consultoria IES. Para o **Ministério** da Indústria, essa fatia deverá aumentar até o fim de 2010 e corresponder a 40% dos novos aparelhos em uso. A previsão oficial é de que a demanda atinja 12 milhões de unidades.

O efeito disso tem sido a queda das **importações**, que diminuíram em volume (de 8,3 para 6,6 milhões de aparelhos) e em valores (de US\$ 925 milhões para US\$ 679 milhões), na comparação entre os dez primeiros meses de 2009 e de 2010. Já as compras de partes e peças tiveram aumento de 322% no período.

O **Brasil** foi duplamente afetado. Em primeiro lugar, porque a Argentina era e continua sendo nosso maior

**mercado** de **exportação** para celulares. Depois, porque os telefones brasileiros tiveram a maior queda entre os principais fornecedores da Argentina. Isso ocorre porque o **Brasil** disputa justamente com a Terra do Fogo o abastecimento de aparelhos de menor valor - os celulares brasileiros foram **importados** pelo país vizinho a uma média de US\$ 81 por unidades; os chineses, de onde provem a maioria dos "smart phones", valem US\$ 157 e os mexicanos, US\$ 154 por unidade.

Por isso, de janeiro a outubro, as **importações** argentinas de celulares brasileiros caíram 39%, totalizando US\$ 399 milhões, segundo a IES. As compras provenientes da China aumentaram 41% e as do México tiveram alta de 9%. Mesmo assim, quase três em cada quatro telefones **importados** vendidos na Argentina são fabricados no **Brasil** (incluindo **Manaus**). De acordo com as regras do **Mercosul**, bens produzidos em **Manaus** e na Terra do Fogo, por tratar-se de zonas francas, não se beneficiam da tarifa zero da área de livre **comércio**. (DR)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Incentivo impulsiona <u>Zona Franca</u> no 'fim do mundo'</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Daniel Rittner | De Buenos Aires**

**07/01/2011**

**No verão, os ventos chegam a 100 quilômetros por hora. No inverno, a temperatura fica abaixo de -10° C e o sol costuma aparecer seis horas por dia. O clima hostil ajuda a explicar por que menos de 15 mil pessoas habitavam a Terra do Fogo na década de 1970, quando a Argentina e o Chile estiveram à beira de uma guerra pela soberania de três ilhas no Canal de Beagle, na área mais austral de todo o continente americano.**

Para estimular a ocupação pacífica do território, que os próprios argentinos chamam de "fim do mundo", o governo mirou o exemplo da Zona Franca de Manaus e também resolveu conceder incentivos tributários, atraindo indústrias de eletrodomésticos. A população cresceu e já supera 130 mil habitantes.

Mas o parque industrial da Terra do Fogo nunca havia conseguido realmente enfrentar a concorrência dos importados e viu o fechamento de numerosas empresas nos tempos do peso equivalente a um dólar. Hoje, aos 38 anos de idade, vive o auge de sua história.

Mais de 2 mil empregos foram criados entre junho de 2009 e junho de 2010. Há investimentos programados de US\$ 120 milhões, segundo o governo. De quase zero, há dois anos, a produção de telefones celulares já chegou a 2,7 milhões de aparelhos e atendeu 29% do consumo doméstico até outubro. Motorola, Nokia, LG, Samsung e Alcatel começaram a montar seus aparelhos na Terra do Fogo. A brasileira Positivo Informática acaba de anunciar um investimento de US\$ 8 milhões, em parceria com a argentina BGH, para produzir computadores de mesa, notebooks, netbooks e tablets.

No ano passado, apesar das advertências de câmaras empresariais sobre a alta de preços aos consumidores finais, o Congresso aprovou um projeto de lei enviado pela presidente Cristina Kirchner para retirar a isenção de impostos internos (de 26%) e dobrar o IVA (de 10,5% para 21%) sobre vários produtos eletrônicos de consumo. Apenas as mercadorias provenientes da Terra do Fogo mantiveram os benefícios. Dentro da estratégia do governo de fortalecer a zona

industrial, foram aplicados valores-critério (preços de referência para combater produtos subfaturados) e licenças não automáticas para desestimular as importações. Esse rol de medidas se somou às isenções tributárias existentes há três décadas.

Hoje, de fato, virou comum entrar em qualquer rede varejista da Argentina e se deparar, na vitrine, com celulares, televisores, aparelhos de TV e até computadores "made in" Terra do Fogo.

"Nos últimos anos, sem dúvida, o Estado teve uma postura muito mais industrialista", afirma Diego Teubal, diretor corporativo da BGH, uma empresa de capital argentino instalada na Província desde 1978. Sua história ilustra bem os altos e baixos da zona industrial patagônica.

A abertura comercial dos anos 90, com a paridade cambial um por um entre o peso e o dólar, barateou demais as importações e fragilizou as companhias nacionais. Em 2002, no auge da crise econômica, a BGH deu férias coletivas aos seus empregados - não por alguns dias ou semanas, mas por 15 meses. Os funcionários da área administrativa, em Buenos Aires, deixaram de trabalhar às sextas-feiras e tiveram salários reduzidos. A empresa chegou a ter faturamento negativo - a produção era nula e equipamentos vendidos eram recolhidos por inadimplência.

Hoje a BGH fatura US\$ 640 milhões e seus negócios crescem rapidamente. Com a nova lei sancionada por Cristina Kirchner, avalia Teubal, não só melhorou a competitividade dos eletrônicos fabricados na Terra do Fogo como houve também uma atualização dos produtos beneficiados com incentivos fiscais.

Na comparação com os picos alcançados em 2008, a BGH produzirá neste ano 11% mais aparelhos de ar condicionado, 17% mais fornos de micro-ondas e 87% mais televisores (de tubo e LCD). De 129 mil celulares há dois anos, serão 700 mil em 2010. Para 2011, a expectativa é chegar a 2 milhões de unidades, que sairão da fábrica com as marcas Motorola, Huawei e ZTE (na linha de eletrodomésticos usa-se marca própria). A produção de monitores para computador e televisores de LED começou do zero. Neste mês, foram anunciados investimentos no valor de US\$ 50 milhões. "As

mudanças tributárias nos impactaram muito positivamente", comemora o diretor. "E ninguém na Terra do Fogo pode se queixar, a não ser que esteja cego."

Outras companhias levaram à ilha patagônica a **produção** de notebooks, netbooks e set top boxes (as caixinhas conversoras de sinais analógicos para **TV digital**). A Kodak fechou parceria com a indústria local Newsan para iniciar ali a fabricação de suas duas câmeras digitais mais vendidas na Argentina. Serão 300 mil aparelhos em 2011. "Foi uma decisão baseada na nova lei", admitiu Héctor González, diretor-geral da Kodak no país.

Consultado pela reportagem do Valor, o **Ministério** da Indústria disse que o aumento dos incentivos tributários à Terra do Fogo foi "um primeiro passo em direção à equiparação no tratamento fiscal da Província com **Manaus**, as maquiladoras mexicanas, o Sudeste Asiático e zonas francas industriais da China."

Esta é a segunda de uma série de três reportagens sobre a reindustrialização da Argentina

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Incentivos levam empresas a investir na Terra do Fogo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Daniel Rittner | De Buenos Aires**

**07/01/2011**

**Quase quatro décadas depois que o governo argentino resolveu conceder incentivos fiscais para atrair empresas, o parque industrial da Terra do Fogo mostra sinais de vitalidade, apesar do cenário inóspito da região - um arquipélago no extremo sul do continente, onde no inverno a temperatura é inferior a -10°C. O sistema é semelhante ao que vigora na Zona Franca de Manaus.**

Mais de 2 mil empregos foram criados entre junho de 2009 e junho de 2010. Há investimentos programados de US\$ 120 milhões, segundo o governo. De quase zero, há dois anos, a **produção** de telefones celulares já chega a

2,7 milhões de unidades. Empresas como Motorola, Nokia, LG, Samsung e Alcatel começaram a montar seus aparelhos na Terra do Fogo. A brasileira Positivo Informática acaba de anunciar um investimento de US\$ 8 milhões, em parceria com a argentina BGH, para fabricar computadores de mesa, notebooks, netbooks e tablets.

Tornou-se comum entrar em qualquer loja da Argentina e encontrar celulares, televisores, aparelhos de TV e até computadores "made in" Terra do Fogo. "Nos últimos anos, o Estado teve uma postura muito mais industrialista", diz Diego Teubal, diretor corporativo da BGH, empresa de capital argentino instalada na Província desde 1978 e que atravessou os altos e baixos da zona industrial na Patagônia.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Medida cambial do BC está na direção correta</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**É do conhecimento de todos que a política de alta liquidez ("quantitative easing") executada pelo presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Ben Bernanke, com o objetivo de retirar a economia americana da recessão, está afetando as moedas de todos os países, principalmente as dos emergentes.**

Há meses, o dólar perde valor e os governos sofrem com o movimento dos capitais em busca de oportunidades. O fluxo de entrada desses capitais ajuda a valorizar as moedas locais, frente ao dólar, e a criar uma excessiva volatilidade cambial.

Nenhum governo pode ficar inerte diante de uma situação que não é de normalidade. Numerosos especialistas chegam a dizer que o mundo vive hoje uma "guerra cambial", cujo término ainda não é possível visualizar. Se não for bem avaliada e administrada adequadamente, essa situação poderá ter graves consequências para o nível da atividade econômica e do emprego no Brasil.

A moeda brasileira é uma das que mais se valorizaram depois da crise, fenômeno impulsionado também pela elevação dos preços das commodities. Para evitar uma apreciação ainda maior, o Banco Central (BC) brasileiro está comprando a moeda em grande quantidade. Em 2010, o BC ficou com US\$ 41,4 bilhões, volume que foi acrescido às reservas do país - US\$ 165,6 milhões por dia útil. As reservas internacionais brasileiras fecharam o ano passado no patamar histórico de US\$ 288,575 bilhões, com aumento de 20,7% em comparação com a posição do fim de 2009.

É interessante observar que, no ano passado, o ingresso de capitais no Brasil foi de US\$ 24,3 bilhões, menos, portanto, do que o BC comprou. Isso significa que a autoridade monetária adquiriu todo o fluxo de

entrada e mais uma parte significativa dos dólares que estavam com os bancos. Não se pode acusar o BC, portanto, de não ter agido para evitar a valorização do real. Mesmo assim, no ano passado, o dólar caiu 4,31% em relação ao real. Esse resultado mostra que o Banco Central preservou a trajetória de queda da moeda americana, que é observada em quase todo o mundo.

No ano passado, o ingresso de dólares pela conta financeira bateu recorde, atingindo US\$ 26 bilhões. Esse movimento é explicado pela operação de capitalização da Petrobras, pelos investimentos estrangeiros, pela captação de recursos feita por empresas e bancos brasileiros e pelas aplicações em renda fixa. A contribuição da conta comercial foi negativa em US\$ 1,65 bilhão.

Pelo forte desempenho de sua economia e por suas potencialidades, o Brasil tornou-se um ímã para os capitais estrangeiros. De tal forma que há hoje, no mercado, a certeza de que a tendência do real é de valorização contínua frente ao dólar. Com base nessa expectativa e nas baixíssimas taxas de juros das economias avançadas (juro está negativo nos Estados Unidos e Japão, por exemplo), montou-se uma operação bancária que ontem começou a ser desmontada pelo Banco Central.

Em síntese, a operação envolve a captação de recursos no exterior a custos reduzidíssimos e a venda de dólares no mercado interno, com a respectiva compra da moeda no mercado futuro. A posição vendida dos bancos atingia US\$ 16,8 bilhões no dia 31 de dezembro de 2010 - o maior valor da história. Ontem, o BC colocou um limite para a posição vendida dos bancos em dólares. A medida obriga as instituições financeiras a recolher ao BC, no prazo de 90 dias, 60% do que exceder o limite.

A medida está na direção correta, pois procura evitar uma maior volatilidade da taxa de câmbio. A

reação do governo brasileiro merece aplausos também porque preserva um dos pilares da política macroeconômica do país, que é o regime de câmbio flutuante.

É interessante observar que o Banco Central adotou essa medida antes da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para os dias 18 e 19 deste mês. A expectativa do **mercado** é

que nessa reunião o Copom inicie uma nova rodada de elevação da taxa básica de juro da economia (a Selic) para combater a inflação. Os juros em alta serão um estímulo adicional às especulações em torno do real. Nesse sentido, com a medida cambial de ontem, pode-se dizer que o BC está agindo de forma preventiva, com o objetivo de evitar um problema maior no futuro.